

Ata da 5ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Pesca 14/09/2017

Aos quatorze dias do mês de setembro de 2017, reuniram-se nas instalações da FETAESC em São José, os membros da Câmara Setorial da Pesca, para 5ª reunião ordinária. O Coordenador da Câmara, Prof. Roberto Wahrlich (Univali) abriu a reunião solicitando aos presentes a se apresentarem. Em seguida apresentou os itens da pauta e colocou em discussão. Foram solicitados os seguintes temas para assuntos gerais: - Proibição pesca de isca viva; - Seminário Assembleia Legislativa Pense Pesca; - APA da Baleia Franca; - Alteração da Portaria 023/2017; - Pesca da Tainha; - Seminário Sul/Sudeste Pescadores artesanais. O primeiro item de pauta foi a leitura do ofício do IBAMA ao Governador do Estado em resposta ao ofício encaminhado ao MMA, MAPA e Presidente da República. Marcos (representante da APPAECSC) informou que associação está fazendo uma tentativa de abertura de debates com instituições a partir do processo judicial que garantiu liminares para os pescadores na safra 2017. Pretendem buscar um termo de cooperação com mediação da justiça. Maneca (convidado SITRAPESCA) colocou a preocupação com a pesca industrial que vem sendo reduzida com risco de total eliminação. Mancha (MPP) afirma que há uma briga entre os pescadores de 10 a 20 AB com os artesanais e que isso precisa ser resolvido. José Henrique (SITRAPESCA) considera a falta de pesquisas o principal problema dos conflitos da pesca. Comentou que a safra da tainha foi maior do que está sendo afirmado, em função da pesca por clandestinos que pegaram o peixe além dos 70 metros. Esses dados não estão sendo considerados, segundo ele. Marcos (APPAECSC) chamou a atenção para os ataques entre as diferentes categorias de pescadores, que não convergem e não auxiliam nos andamentos dos trabalhos e não trazem avanços. Roberto (Univali) informou que no dia 28 de setembro será realizada reunião extraordinária sobre a pesca da tainha, com apresentação dos resultados da safra 2017 e discussões sobre o ordenamento da próxima safra. Roberto levantou preocupação com a falta de representantes de organizações de pescadores de pesca de tainha com redes de praia na Câmara. O representante da FEPESC (Cezar) informou que esta categoria de pescadores já está representada na Câmara através dos coordenadores regionais da Federação. De qualquer forma foi solicitado se

alguém conhecer alguma entidade que represente estes pescadores informe para Câmara para que possam ser convidados para discussões do ordenamento da pesca da tainha. Desde que sejam entidades representativas. Rinaldo Fiorentino (pescador) fez alerta sobre a diminuição da pesca da tainha em função das condições climáticas e pesca predatória sem controle. Levantou a questão da safra da anchova que foi péssima em função dos barcos industriais de cerco que não pescaram tainha terem direcionado o esforço para pesca da anchova. Roberto chamou a atenção para que as questões sejam trabalhadas de forma construtiva e não para buscar somente culpados. Item 3 da pauta, reunião extraordinária para tratar o ordenamento da pesca no Complexo lagunar. Roberto informou sobre a reunião realizada em no mês de agosto em Laguna com representantes dos pescadores, Udesc, Epagri, Polícia Ambiental e Coordenador e Secretário da Câmara Setorial. Foi sugerida a semana do dia 30 de setembro a 03 de outubro para realização desta reunião. Maria Aparecida (Cida, da CPP) reforçou a importância da realização desta reunião. Foi solicitado que as entidades representadas na Câmara estejam presentes. Foi esclarecido o objetivo da reunião. Foi solicitado para Maria Aparecida o encaminhamento dos documentos que já foram construídos nestes últimos anos. Foi solicitado ao CEPESUL a recuperação do acervo do trabalho realizado pelo CEPERGS no Complexo Lagunar para auxiliar no andamento dos trabalhos e evitar a duplicação de esforços. Foi sugerida que representação da APA da Baleia Franca participe da reunião extraordinária. Rinaldo levantou o problema do assoreamento do Complexo Lagunar. Foi explicado que isso deve ser levado para os órgãos competentes a partir da organização local, ou grupo de gestão, assim como outros problemas enfrentados, como a poluição. Maria Aparecida levantou preocupação com a participação da APA nesta reunião. Roberto esclareceu que a participação deles seria como convidado e serviria para que fiquem informados sobre o assunto. Roberto reforçou o pedido para que o ICMBIO leve a preocupação em relação ao Plano de Manejo da APA da Baleia Franca e que possam trazer informações para Câmara sobre o assunto. Item 4 da pauta, informe sobre a Portaria MMA 445/2012, Sabrina (SINDIPI) comentou que está há pouco tempo na função e que ainda não acessou as informações sobre o grupo de trabalho (GT) que avalia a Portaria. Roberto passou informações sobre o GT que foi

criado a partir da reação das entidades representativas dos pescadores gente à proibição da pesca de diversas espécies de interesse comercial. O GT tem como objetivo apontar soluções para os problemas decorrentes da Portaria em relação à atividade pesqueira. Serão encaminhados pela Secretaria da Câmara os links para acessar a gravação da última reunião, realizada em 21 e 22 de agosto. Existe um calendário de reuniões do GT até o final deste ano, porém a que estava marcada para 21 e 22 de setembro foi adiada devido à falta de informações para deliberações do grupo de trabalho, que está dependendo de informações a serem levantadas e organizadas por sub-grupos temáticos. Foi informado que a Confederação Nacional dos Pescadores, na qual a FEPESC é filiada, tem assento no GT mas não enviou representantes para as 3 reuniões realizadas. Sabrina comentou que o SINDIPI ficou com várias atribuições relacionadas ao encaminhamento de informações para as próximas reuniões. Marcos (APPAECSC) também esteve na última reunião e constatou muitas divergências entre os membros e que faltou foco nas discussões. Sugeriu que a Câmara municie os membros dos sub-grupos de trabalho com informações sobre as espécies. Cezar (FEPESC) levantou a necessidade de regionalização do ordenamento da pesca artesanal e a preocupação com a Portaria MMA 445/2012 em relação às diferentes espécies de cada região. Sabrina (SINDIPI) colocou que o foco deveria ser nas espécies cuja proibição atinge todas as categorias de pescadores. Item 5 da pauta – estruturação do MDIC. Foi informado que o Secretário da Agricultura e da Pesca encaminhou ofício para o MDIC solicitando a rápida estruturação da Coordenação de Aquicultura e Pesca em Santa Catarina e o reestabelecimento da prestação de serviços de emissão de carteiras e renovação de autorizações de pesca. Também foi informado que tem havido um forte movimento de políticos e autoridades no mesmo sentido. A AMFRI (Associação de Municípios da foz do Rio Itajaí-açu) está promovendo uma audiência pública na ALESC com o Secretário Nacional da Pesca (prevista para o dia 02 de outubro). Foram feitos contatos com o Coordenador de Aquicultura e Pesca em Santa Catarina e o mesmo informou que a situação continua precária e sem perspectivas de melhoria. Roberto (UNIVALI) informou que a MP da criação da SEAP foi aprovada pela comissão legislativa e aguarda votação no plenário do Congresso Nacional. Foi informado que o MDIC publicou portarias recentemente visando minimizar as

dificuldades enfrentadas na prestação de serviços pelo órgão, a saber: Portaria 1.275 de 27 de julho de 2017, que valida registros de pescadores profissionais suspensos ou em análise permitindo o exercício da profissão; Portaria 1.574 de 25 de agosto de 2017 que define a retomada de emissão de certificados de autorizações, permissões e licenças para o exercício da pesca e aquicultura através de um formulário temporário; e a Portaria 1.739 de 11 de setembro de 2017 que concede autorização temporária de pesca para todas embarcações com requerimento de renovação nos Escritórios Federais de Aquicultura e Pesca. Item 6 da pauta – ampliação dos limites de navegação. Foi explicado que foi feito um expediente da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca para a Capitânia dos Portos em Santa Catarina (CPSC) solicitando a ampliação do limite de navegação interior a pesca artesanal, principalmente na região da praia da Pinheira. A Capitânia respondeu que não seria possível em função da segurança de navegação. Também foi mencionado que foram feitas reuniões entre o Gerente de Pesca da Sec. de Estado da Agricultura e Pesca, Secretário Adjunto da Prefeitura de Palhoça com o Comandante Mello (CPSC) e com o Eng. Naval Jean Shinzato. Foram discutidas possibilidades de adequação das embarcações para cumprir as normas de navegação em mar aberto. Foi comentado que existe uma proposta de se fazer uma Audiência Pública na Comissão de Pesca e Aquicultura da ALESC para provocar uma discussão com a Capitânia. Tiago (APPPAECSC) sugeriu que seja criada uma área intermediária para os pescadores artesanais. Ficou definido que a Câmara Setorial irá solicitar a Audiência Pública, buscando mais representatividade para resolução desta questão. Item 7 – Relato dos grupos de trabalho da Câmara. Roberto fez um resumo da origem dos grupos sugeridos na reunião anterior. Iniciou-se falando do grupo político. Marquinhos (Ass. Pescadores Araçá) fez um relato da viagem que fez a Brasília juntamente com um vereador de Itajaí e o Secretário da Pesca de Itajaí, onde levaram as demandas de estruturação do Escritório Estadual e a questão do ordenamento da tainha. Fábio (Prefeitura de Florianópolis) informou que tentou agendar reunião com os secretários de pesca da Grande Florianópolis, mas não aconteceu. Foi relatado que a Secretaria de Estado da Agricultura tem encaminhado as demandas do setor para os diferentes Órgãos Federais e sempre com cópia para o Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense. Grupo Jurídico – Marcos

(APPAECSC) relatou resultado de reunião entre ele e o Jorge Wilson. Após conversa sobre as possíveis intervenções a serem realizadas pelo grupo jurídico, constataram que a atuação deve ser conjunta com os demais grupos constituídos. Isto porque, todas as possíveis ações dependem de informações provenientes dos demais grupos, em especial do Grupo Técnico. Desta forma, o dois ficam a disposição para acompanhar os trabalhos dos demais grupos, elaborar minutas de normas e auxiliar em requerimentos administrativos e/ou judiciais com vistas a subsidiar as propostas formuladas pela Câmara Setorial para o melhoramento do ordenamento e da gestão pesqueira. Grupo Técnico – Roberto (Univali) apresentou um relatório da reunião realizada em Laguna no dia 18 de agosto. Definiu-se o escopo do grupo como de pesquisa, monitoramento e extensão GT – PME. Foram definidos os objetivos iniciais. Foi feito um mapeamento do que cada instituição está fazendo. Epagri, Udesc, Cepsul, Univali, CPP, APPAECSC, FEPESSC, SINDIPI, IFS – Itajaí. Definiram as próximas ações e fixaram o primeiro trabalho estará focado na pesca de emalhe em SC, considerando os problemas decorrentes da aplicação de duas normativas (INI MPA-MMA 12/2012; Portaria Ibama 54/1999). Foram ainda definidas outras prioridades, mas que não serão abordadas de imediato pelo grupo: INI MPA-MMA 10/2011(permissionamento de embarcações); defeso do Camarão em mar aberto; ordenamento da pesca no Complexo Lagunar; ordenamento da pesca da tainha. Roberto ficou responsável pelo recebimento de informações sobre a pesca de emalhe, problemática e sugestões para soluções. Item 8 de pauta – Paulo Ricardo Pezzuto (Univali) apresentou resultados preliminares do Projeto de Monitoramento e da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina – PMAP-SC. Assuntos Gerais – Item 1 - Retificação do art. 3º da Portaria Interministerial nº 23, de 27 de abril de 2017 (pesca da tainha), por meio da Portaria Interministerial 49, de 24 de julho de 2017, que, segundo o IBAMA/SC, criou um potencial conflito com a IN IBAMA15/2009 que estabelece um período de defeso para a pesca da isca viva. Arno (IBAMA/SC) se propôs a encaminhar para a Câmara mais informações sobre essa problemática e a solicitação de correção já enviada ao IBAMA em Brasília. Item 2 – Lei da Câmara Municipal proibindo a pesca da Isca viva em Florianópolis. Esse assunto foi tratado em outras reuniões e ficou de se fazer um contato com a Comissão de Pesca da Câmara para tentar

revogar a mesma. Item 3 – Terceiro Seminário/Encontro de Pescadores Artesanais das Regiões Sudeste e Sul a ser realizado em Laguna nos dias 26 a 29 de outubro. Maria Aparecida (CPP) informou que será realizado no Município de Jaguaruna, na Localidade do Camacho. Foi informado também que estará sendo realizado nos dias 8 a 11 de outubro o XX Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca em Florianópolis. Não tendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada.